



# Câmara Municipal de Cascavel

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL

Recebi em 03/05/13

Kleide S. Mayer  
Diretora de Planário e Apoio às Sessões

Gugu Bueno  
Vereador - 1º Secretário

## PROJETO DE LEI Nº 033, DE 2013

(Autores: Vanderlei Augusto da Silva/PSC e Luiz Frare/PDT)

**Institui o Programa de Saúde Vocal dos Professores das redes pública e privada de ensino do Município de Cascavel e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL, Estado do Paraná, tendo em vista o que dispõe o art. 44 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:**

**Art. 1º** Fica instituído no Município de Cascavel o Programa de Saúde Vocal dos Professores das redes pública e privada de ensino, objetivando a prevenção das disfonias e outros problemas vocais em professores.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo tem o prazo até 31 de dezembro de 2013 para regulamentar esta Lei, com a definição de atribuições e competências, implantação, fiscalização e penalidades.

**Art. 2º** O Programa de Saúde Vocal dos Professores deverá abranger a prevenção por meio de convênios entre a Secretaria da Educação, a Secretaria da Saúde e as instituições de ensino superior, com a realização de no mínimo um curso teórico anual, que poderá ser ministrado em modo de grupo e uma avaliação individual ao ano com profissional fonoaudiólogo, objetivando orientar os profissionais da educação sobre o uso adequado da voz e diagnosticar patologias vocais em curso.

**Art. 3º** Uma vez detectada a disfonia ou outro problema vocal, o professor portador da disfunção deverá ser encaminhado ao tratamento especializado, além de outras medidas cabíveis no âmbito da sua reabilitação profissional.

**Art. 4º** Havendo recomendação prescrita do profissional fonoaudiólogo, o professor usará um Microfone Amplificado para Palestrante, fornecido pela instituição empregadora do professor.

**Art. 5º** Implicando a disfunção vocal em afastamento do professor do exercício de suas funções laborais, ser-lhe-ão assegurados integralmente os direitos e vantagens já adquiridos e inerentes ao seu cargo.

**Art. 6º** Fica criado o Comitê Municipal de Acompanhamento à Execução do Programa de Saúde Vocal, composto pelos seguintes representantes:

- I – Um representante da Secretaria Municipal de Educação – SEMED;
- II – Um representante da Secretaria Municipal de Saúde – SESAU;
- III – Um representante das instituições de ensino superior que possuam cursos superiores na área de saúde;
- IV – Um representante dos professores de ensino fundamental;
- V – Um representante dos professores de educação infantil;
- VI – Um representante dos diretores de escolas municipais;



# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

VII – Um representante dos coordenadores dos Centros Municipais de Educação Infantil.

**Parágrafo único.** Para cada representante titular, haverá um suplente, sendo ambos eleitos ou indicados dentro do respectivo segmento.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei, no que diz respeito às ações que competem ao Poder Executivo Municipal, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

**Art. 8º** Fica revogada a Lei 4.968, de 2008.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA


Múltiplos estudos já foram realizados sobre os aspectos clínicos e orgânicos das disfonias, fadiga vocal e outros problemas em profissionais que utilizam a voz como instrumento de trabalho, como é o caso dos professores, categoria das mais afetadas pela disfunção vocal devido ao excessivo emprego da voz na sua atividade laboral cotidiana.


É importante destacar que os professores não têm recebido as informações essenciais acerca do funcionamento e do uso adequado da voz, o que certamente aumenta substancialmente o risco de ocorrência de disfonia e problemas vocais associados ao uso recorrente da voz.

Segundo Penteadó; Pereira (2007), na Rev. Saúde Pública, a escola constitui um importante ambiente na configuração da realidade de vida do professor e dos aspectos relacionados às condições e organização do trabalho docente, os quais repercutem sobre os processos de saúde-doença. As propostas de escolas saudáveis ou escolas promotoras de saúde são exemplos de esforços canalizados para a transformação da escola em um ambiente favorável à saúde da comunidade que a constitui. Contudo, estudo mostra que, na maioria delas, o professor é pouco lembrado como sujeito das ações promotoras de saúde, e pouco se sabe sobre as condições de saúde, de trabalho e da qualidade de vida do docente, sendo este profissional “deixado de lado” quando na verdade deveria ser o primeiro a ser lembrado.

Penteadó; Pereira (2007), acrescentam, ainda, que na fonoaudiologia é crescente a preocupação com a saúde do docente, sendo que atualmente são realizados investimentos significativos em pesquisas, publicações e eventos que reúnem profissionais da saúde, sindicalistas, educadores, pesquisadores, empresários, políticos, dentre outros segmentos da sociedade a fim de se compreender o processo saúde-doença no docente a partir da integração de dados quantitativos e qualitativos, sob a visão integral do professor.

Palácio José Neves Formighieri, 3 de maio de 2013

  
Vanderlei Augusto da Silva  
Vereador (PSC)

  
Luiz Frare  
Vereador (PDT)